



**Tribunal Judicial de Vila Real de St. António**  
**Secção Única**

Avª dos Bombeiros Portugueses - 8900-209 Vila Real de Santo António  
Telef: 281510880 Fax: 281542612 Mail: vrsant.tc@tribunais.org.pt

Proc.Nº [REDACTED] 09 [REDACTED] TBTVR

[REDACTED]

**CONCLUSÃO - 08-07-2009**

*(Termo electrónico elaborado por Escrivão Adjunto Maria [REDACTED])*

=CLS=

Audiogest-Associação Para A Gestão e Distribuição de Direitos, deduziu o presente procedimento cautelar não especificado contra [REDACTED] alegando, em suma, que o Requerido explora um estabelecimento nocturno, aberto diariamente ao público, denominado '[REDACTED]', onde se procede, de forma habitual e continuada, à execução pública de fonogramas sem a competente licença e autorização dos produtores fonográficos, associados da Requerente e representados por esta, sem que jamais tenha pago a remuneração devida, não obstante tenha sido interpelado pela Requerente e tenha existido uma campanha de sensibilização efectuada pelos diversos meios de comunicação social sobre esta temática, que não obsteu a que o Requerido mantenha a sua actuação ilícita.

Pugna a final, e a título principal, pelo encerramento do estabelecimento ou, caso assim não se entenda, a proibição de continuação de execução pública não autorizada de fonogramas musicais e a apreensão de bens que se suspeitem violar direitos conexos, bem como instrumentos que sirvam para a prática do ilícito, obrigação de concessão de livre acesso pela Requerente, tendo em vista escutar e registar os fonogramas que ali são executados publicamente.

O Requerido citado legal e regularmente não contestou.

\*\*\*

O Tribunal é absoluta e relativamente competente.

As partes têm personalidade e capacidade judiciária, são legítimas e a requerente está devidamente patrocinada.

Não há excepções, nulidades ou outras questões prévias que cumpra conhecer e o requerente está devidamente patrocinado.

\*\*\*

**FUNDAMENTAÇÃO:**



**Tribunal Judicial de Vila Real de St. António**  
**Secção Única**

Avª dos Bombeiros Portugueses - 8900-209 Vila Real de Santo António  
Telef: 281510880 Fax: 281542612 Mail: vrsant.tc@tribunais.org.pt

Proc.Nº 09/TBTVR

**A) FACTOS INDICIARIAMENTE PROVADOS:**

Atenta a não contestação do Requerido consideram-se confessados, e como tal, provados, os factos alegados pela Requerente na petição do procedimento cautelar.

**B) O DIREITO:**

Dispõe o artigo 210º-G do CDADC *“Sempre que haja uma violação (...) dos direitos conexos, pode o Tribunal, a pedido do Requerente, decretar as providências adequadas a (...) a) Inibir qualquer violação eminente b) Proibir a continuação da violação”*.

Ora, encontra-se factualmente assente que o Requerido explora um estabelecimento nocturno, denominado [REDACTED], onde diariamente executa publicamente fonogramas sem a competente licença e autorização dos produtores fonográficos, associados da Requerente e representados por esta e sem que jamais tenha pago a remuneração devida.

Tem se assistido assim, de forma reiterada, à violação de direitos conexos aos direitos de autor, direitos esses cuja tutela e protecção deriva dos artigos mencionados na petição, ou seja, 184.º, n.º 2 e 3, 149.º, n.º 3 e 108.º, n.º 2, *a contrario* do CDAC.

Posto isto, determina a lei que o tribunal deve adoptar as providências adequadas a cessar a continuação da violação de tais direitos.

Entendemos, tal como a Requerente, que só o encerramento do estabelecimento poderá lograr tal desiderato.

Repare-se que a violação do Requerido tem sido sistemática, e não obstante advertido para a ilicitude da sua actuação, não se predispôs a cessar com tal actuação, apesar de advertido quer pela Requerente, quer pela campanha de sensibilização nos meios de comunicação social.

Cremos, assim, que esta persistência da ilicitude por parte do Requerido impõe uma medida vigorosa que induza aquele a repor a legalidade, pois só assim a presente providência terá um carácter útil.

Deste modo entendemos que a medida cautelar peticionada, no sentido do encerramento do estabelecimento até ser concedida licença pela Requerente, contra a respectiva remuneração, se afigura proporcional, não excessivo e necessário, face à violação continuada do Requerido e indiferença aos direitos da Requerente.

**Decisão:**



**Tribunal Judicial de Vila Real de St. António**  
**Secção Única**

Avª dos Bombeiros Portugueses - 8900-209 Vila Real de Santo António  
Telef: 281510880 Fax: 281542612 Mail: vrsant.tc@tribunais.org.pt

Proc.Nº [REDACTED] 09 [REDACTED] TBTVR

Destarte e por todo o exposto decido, julgar totalmente procedente a providência e, em consequência decido:

Ordenar ao Requerido [REDACTED] o encerramento do estabelecimento denominado "[REDACTED]", sito na [REDACTED] 8950-[REDACTED] [REDACTED] no prazo máximo de 15 dias, até que lhe seja concedida a licença "PassMusica", contra remuneração devida à Requerente Audiogest-Associação Para A Gestão e Distribuição de Direitos.

Adverte-se o Requerido [REDACTED] que caso não acate a ordem judicial, incorre na prática de um crime de desobediência qualificada, nos termos do artigo 391.º do CPC.

Custas pelo Requerido.

Notifique.

D.N.

VRSA, ds